



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2023

**Jacob Lussento Cupata**

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HISTÓRIA DE ÁFRICA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE HISTORY OF AFRICA AND THEIR CONTRIBUTION TO THE DEFENSE OF CULTURAL HERITAGE

**RESUMO:** O presente trabalho trata de um estudo das representações sociais da história da África realizado como parte de uma investigação para obtenção do grau de Doutor em Estudos Culturais. Foi realizada uma síntese de conteúdos sobre a teoria das representações sociais e a categoria de patrimônio cultural em sua relação com a memória cultural, apresentando as ideias de alguns de seus principais autores. Contém ainda os resultados de uma investigação realizada no ensino secundário em Angola (primeiro ciclo), relativo aos programas da disciplina de História. Para esta pesquisa, foram utilizadas técnicas e métodos científicos baseados em entrevistas, revisão documental e métodos empíricos e teóricos como histórico-lógico, indutivo-dedutivo, análise e síntese e estatístico-matemático. As suas conclusões apresentam o estado atual das representações sociais da história de África e as recomendações daí decorrentes para a defesa e preservação do patrimônio cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais; História de África, Patrimônio Cultural.

**ABSTRACT:** The present paper deals with a study of the social representations of African history carried out as part of an investigation for the degree of Doctor in Cultural Studies. A synthesis of contents on the theory of social representations and the cultural heritage category in its relationship with cultural memory was carried out, presenting the ideas of some of its main authors. It also contains the results of a research carried out in secondary education in Angola (first cycle), concerning the programs of the discipline of History. For this research, scientific techniques and methods were used based on interviews, documentary review and empirical and theoretical methods such as historical-logical, inductive-deductive, analysis and synthesis and statistical-mathematical. Its conclusions present the current state of social representations of African history and the resulting recommendations for the defense and preservation of cultural heritage.

**KEY WORDS:** Social Representations; History of Africa; Cultural Heritage.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre Antônio Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

---

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HISTÓRIA DE ÁFRICA E SUA CONTRIBUIÇÃO A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Jacob Lussento Cupata <sup>1</sup>

## Introdução

O continente africano, ao longo da sua história, passou por diversos períodos com características próprias e impacto no “desenvolvimento” de suas estruturas (políticas, econômicas e sócio-culturais). Assim, antes da “presença europeia” teve um desenvolvimento autônomo com o surgimento e desenvolvimento de reinos e impérios, bem como organização aceitável nos vários domínios. Situação que veio alterar-se com a presença e colonização de África, que viu a sua história e, em particular, o seu património cultural “relegado” a favor da implantação dos valores culturais europeus. Fato este que com as independências, os países africanos engajaram-se na busca e reencontro dos seus valores culturais “ofuscados” durante a colonização, bem como os desafios da interculturalidade fruto da globalização. O que apela à valorização do património cultural local e regional, mediante a construção das representações sociais da história de África no ambiente escolar e não só.

Utilizamos metodologias essencialmente qualitativas, combinadas com as de carácter quantitativas, apoiando-se em técnicas e instrumentos de recolha de dados, como pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário. Com o intuito de analisar as representações sociais sobre a História de África que contribuam para a defesa do património cultural, expressas no sistema educativo, de modo particular aquelas difundidas pelos manuais escolares e construídas pelos alunos e professores, na disciplina de História no I ciclo do ensino secundário, que corresponde à 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classes. Os resultados ressaltam o tráfico de escravos, a abolição da escravatura, a conferência de Berlim, a colonização e a descolonização como principais elementos em que assenta a valorização do património cultural.

## Argumentos científicos sobre representações sociais e património cultural

A teoria das representações sociais, desde seus primórdios até a atualidade, tem sido objeto de análise em diversas áreas do conhecimento, desde a Psicologia Social até outras ciências como Antropologia, História, Ciências da Saúde, Geografia, entre outras. Originou-se nos estudos de Emile Durkheim e Piaget, consolidado por Moscovici e continuado por: Jodelet,

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Culturais, Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe - Angola. [lussento@hotmail.com](mailto:lussento@hotmail.com)

Doise e Lorenzi-Cioldi, Abric e Vala; cujas teorias e contribuições apresentamos brevemente como suporte teórico para esta pesquisa. Durkheim (1898) propôs o conceito de representação coletiva. Esse sociólogo afirmava que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. Mostra a articulação entre o individual e o social, identificando, em sua definição de representação social, categorias como consciência subjetiva e percepção individual dos espaços sociais. Também procurou diferenciar as representações individuais das coletivas e advogava que estas últimas constituem ideias que se formam quando os grupos sociais se relacionam com os objetos em seu redor.

As representações sociais são entendidas, no sentido de Moscovici (1978), como um conjunto de conceitos, proposições e explicações que se originam na vida cotidiana no decorrer das comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, mas também podem ser vistos como a versão contemporânea do senso comum. Explica os processos pelos quais as representações sociais são formadas, ou seja, “objetificação” e “ancoragem”. Ele acredita que quando as pessoas se deparam com estruturas teóricas novas e complexas, elas tentam entendê-las. Para isso, transformam ideias abstratas em imagens concretas (ancoragem) e buscam incorporar novos conhecimentos em estruturas já conhecidas (objetivação). Elas não permanecem estáticas, pois como um processo dinâmico, novos conceitos são adicionados às imagens anteriores, formando ideias diferentes.

Na perspectiva de Moscovici (1978), as representações sociais possuem duas funções: Em primeiro lugar, convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas, ou seja, as convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê. À experiência é somada uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significativas de mensagens não-significativas e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta.

A teoria das representações sociais contribuiu para o reconhecimento da importância dos processos comunicativos na forma como determinado grupo constrói a realidade. As representações sociais constituem uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, construída através dos processos de comunicação informais e midiáticos, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo e que serve como guia da ação deste (MOSCOVICI, 1978). Na opinião de Jodelet (1989), as representações sociais são conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados. É uma forma de construção

social de natureza prática, constituindo-se, em essência, uma forma de conhecimento criada por grupos sociais que lhes atribuem um determinado significado. Na perspectiva de Doise e Lorenzi-Cioldi (1989), entende-se que na sociedade existem dinâmicas sociais que permitem o funcionamento da sociedade, cujo pano de fundo é um sistema de crenças e valores que, quando compartilhados, contribuem para o funcionamento cognitivo do sujeito.

Jodelet (1989) reforça a importância do estudo das representações sociais e o seu impacto na vida prática, ou seja, no dia-a-dia das pessoas, uma vez que elas regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupais, as ações de resistência e de mudança social. A teoria das representações sociais em Abric (1998) está consubstanciada na teoria do "núcleo central", de natureza cognitiva. Este núcleo dá sentido às representações, determina as relações entre os elementos e rege o seu processo evolutivo. No sentido de Vala (1996), três critérios são utilizados: um quantitativo – uma representação é social na medida em que é compartilhada por um grupo de indivíduos; outro genético: visto no sentido de que é produzido coletivamente (como resultado da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social); e um critério funcional: aquele que se manifesta como guia de comunicação e ação (social e prática).

Esta teoria permite-nos compreender e intervir na realidade social. Permite articular as dimensões social e cultural com a história, possibilitando uma interpretação dos processos e modos como indivíduos e grupos constroem e analisam suas vidas (JODELET, 1989). Permite compreender o mundo que nos rodeia e recomenda ter em conta a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, bem como as dinâmicas sociais do contexto em análise. As representações também intervêm em processos tão variados como a disseminação e assimilação de conhecimentos, a construção de identidades pessoais e sociais, comportamentos intra e intergrupais, ações de resistência e mudança social. Outro conceito que merecerá a nossa atenção para a compreensão das representações construídas sobre a História de África é o de memória, com particular atenção para a memória cultural. Contudo, faremos antes breves considerações gerais sobre a memória.

Fentress e Wickham (1992) afirmam que a memória “é um assunto vasto e o seu tratamento completo iria da Psicologia à Filosofia, da Neurologia à História Contemporânea” (p. 13). Constatamos de antemão que as abordagens à memória, a par das representações sociais, são multi e interdisciplinares. Fentress e Wickham (1992) dizem que há uma parte da memória que é objetiva, e que serve de contentor dos fatos, e uma parte subjetiva, que inclui informação e sentimentos que fazem parte integrante de nós e que, portanto, se situa adequadamente apenas

dentro de nós (p. 17). Acrescentam os autores: “a memória é simplesmente subjectiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias colectivas assumidas e por experiências partilhadas com os outros” (p. 20).

No que se refere à memória em geral, Connerton (1999, p. 2) observa que a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num contexto em que se ligam acontecimentos aos objetos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos a viver no presente. E vivemos o nosso presente de forma diferente, de acordo com os diferentes passados com que podemos relacioná-lo. No que diz respeito à memória cultural, são apresentados alguns fundamentos, essencialmente na perspectiva de Jan Assmann e Aleida Assmann, especialistas na matéria, e que em alguns casos recorrem à realidade africana. Assmann (2011) recorre aos semióticos culturais russos, Lotman e Uspenki, da escola Tartu, que definiram a cultura como uma “memória coletiva que não pode ser legada como herança”, e por isso apontaram a dependência que esta tem de certas práticas e significados. Destaca ainda que “esse tipo de memória não perdura por si só, precisa sempre ser renegociada, estabelecida e novamente medida, readquirida” (p. 23).

Em relação à memória cultural, ela é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva (ASSMANN, J., 2008, p. 118). Para o autor, a memória cultural é um tipo de instituição que é: “exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra” (ASSMANN, J., 2008, p. 119). Como podemos depreender, a memória cultural é preservada e transmitida, o que pressupõe ter sempre os seus especialistas tanto nas sociedades orais como nas letradas. Isso inclui “tanto xamãs, trovadores, griôs, como sacerdotes, professores, artistas, clérigos, estudiosos, mandarins, rabinos, mulás e outros nomes para portadores especializados de memória” (ASSMANN, J., 2008, p. 123).

No processo de conservação e transmissão da memória cultural, Assmann, A., (2008) é da seguinte opinião:

Na memória cultural, ela é lembrada, transmitida, investigada, interpretada, mas as coisas que são lembradas também são praticadas, porque nos pertencem e precisamos sustentá-las e perpetuá-las. Nas sociedades não escritas, o volume do que é necessário coincide com o que há de memória cultural. Porém, nas sociedades letradas, os significados transmitidos e as formas simbólicas crescem para criar arquivos gigantescos, dos quais apenas partes importantes recebem um carácter necessário e negocial; enquanto muitas coisas caem no esquecimento ou se extinguem (ASSMANN, A., 2008, p. 45).

Sobre a construção da memória, Assmann (2011) acredita que “indivíduos e culturas constroem suas memórias de forma interativa por meio da comunicação por meio da linguagem, imagens e repetições rituais, e organizam suas memórias com o auxílio de mídias externas de armazenamento e práticas culturais” (p. 24). Para Weiser e Moreira (2017), a memória visa tanto os modos de “lembrança como de esquecimento”. As autoras recorrem a Aleida Assmann (2006), que introduziu a distinção entre ‘memória em função’ (Funktionsgedachtnis) e ‘memória em depósito’ (Speichergedachtnis). Esclarecem, de acordo com Aleida Assmann (2006):

o primeiro termo designa aqueles elementos do passado que são lembrados numa sociedade através de tradições, ritos, livros escolares, obras canônicas de arte, monumentos, museus, etc.. O segundo termo designa os elementos que, num momento dado, estão fora de uso (dados armazenados em arquivos, bibliotecas, porões de museus, etc.), mas que podem ser resgatados e, assim, aproveitados para reescrever ou completar a memória em função. (p. 54-58)

Os estudos de Jan Assmann (2008) procuraram enquadrar a memória cultural à realidade das sociedades africanas, sustentando-se para o efeito da pesquisa de Vansina (1955), que no seu estudo trabalhou com sociedades orais na África, dedicando-se à forma pela qual elas representam o passado e observou uma estrutura tripartida: o passado recente, o passado remoto e um passado ainda mais remoto. As informações ligadas à tradição oral, de acordo com Vansina (2010), também se encontram institucionalizadas em forma de narrativas, canções, danças, rituais, máscaras e símbolos; especialistas, tais como narradores, trovadores, escultores de máscaras e outros, são organizados em guildas e têm que passar por longos períodos de iniciação, instrução e exame. Além disso, de acordo com Vansina (2010), ela requer, para a sua atualização, certas ocasiões durante as quais a comunidade se junta para uma celebração.

Na caracterização das sociedades orais, Jan Assmann (2008), socorrendo-se à pesquisa de Vansina (1995), fala da brecha existente entre a memória geracional informal e a memória cultural formal, a que o autor chama de “brecha flutuante” (floating gap). Ilustra a diferença entre as estruturas sociais e as estruturas culturais da memória, ou entre a memória comunicativa referente ao passado recente, e a memória cultural formal que se refere ao passado remoto. Do exposto depreendemos que a memória cultural assenta no passado, nas lembranças que dele temos e herdamos por diferentes meios à nossa disposição. Jan Assmann (2008) defende que “a memória cultural é baseada em pontos fixos no passado” (p. 121). E enfatiza que “até mesmo na memória cultural o passado não é preservado como tal, mas está presente em símbolos que são representados em mitos orais ou em escritos, que são reencenados em festas e que estão continuamente iluminando um presente em mudança” (p. 121).

A construção e manutenção da memória também é influenciada pelas relações de poder estabelecidas na sociedade. Nesta ordem de ideias, Pollak (1989) refere-se as memórias underground, cujas características “encaixam” em alguns contextos das sociedades africanas. Pollak (1989) fala de memórias underground, identificando-as como as memórias dos excluídos, marginalizados, das minorias e da história oral, que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”. As memórias underground estão em constante “luta” e/ou “contradição” com as memórias oficiais, aparecendo quase imperceptivelmente em momentos de crise em choques súbitos e exacerbados.

Quanto ao patrimônio cultural, compreendê-lo significa conceber todas as manifestações e testemunhos significativos da civilização humana, a riqueza que a sociedade possui para fortalecer seu presente e potencializar seu futuro. É preciso interpretá-lo como resultado da dialética que se estabelece entre o homem e o meio, entre a comunidade e o território. É um conceito dinâmico, que evolui e se transforma; é um elemento de orientação coletiva que se transmite de geração em geração, e que se enriquece constantemente. Embora exista uma tradição histórica do estudo do patrimônio que remonta ao século XIX na França (CARBONELL, 2013), somente em 1972 foi realizada a Conferência Geral da UNESCO, em sua Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Patrimônio Natural, que inicia uma etapa inédita para a conservação e estudo do patrimônio que marca o percurso até aos dias de hoje. Dos resultados desse evento, este autor extraiu ideias básicas que se referem ao imaterial, já que este é o tipo que se relaciona com a presente investigação:

Patrimônio cultural imaterial refere-se aos usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de sua herança cultural (UNESCO 1972).

A consulta a autores de diferentes latitudes permitiu-nos sintetizar um conjunto de características que tipificam o patrimônio cultural como conceito essencial para a presente investigação. Patrimônio vem do latim *patrimonium* e refere-se ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, seja ela física ou jurídica. A noção costuma ser usada para nomear o que é suscetível de estimativa econômica, embora também possa ser usada simbolicamente (GONÇALVES, 2003). Há uma coincidência ao afirmar que é um determinado conjunto de bens tangíveis, intangíveis e naturais que fazem parte das práticas sociais, aos quais são atribuídos valores a serem transmitidos, e então ressignificados, de uma época para outra, de uma geração para a seguinte (NEIRA, 2005). O patrimônio cultural se constitui como um processo social e cultural, imbricado na determinação de valores, sentidos e significados. Ele confirma que não

está configurado de uma só vez e que não permanece imutável. É um produto sociocultural de existência permanente, complexo em sua estrutura e polêmico na forma de construir significados e sentidos. O conceito de patrimônio cultural é subjetivo e dinâmico, não depende dos objetos ou bens, mas dos valores que a sociedade em geral lhes atribui em cada momento da história e que determinam quais bens devem ser protegidos e preservados para a posteridade.

Neste sentido, Pelegrini (2006) é de opinião que as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito às ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais. Para Meira (2004), patrimônio cultural é compreendido como os elementos materiais e imateriais socialmente reconhecidos, e que servem de referência ao seu desenvolvimento. A atribuição de valores está ligada ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário (p. 13). Segundo Macias (2014), Patrimônio Cultural é o conjunto de bens e valores que são expressão da criação humana, da evolução da natureza e que tem especial significado em relação à capacidade criativa, e que expressam a sua dinâmica. Patrimônio é memória e identidade. A memória é a espinha dorsal de uma comunidade, e nela repousa sua identidade. E o patrimônio cultural, com toda a sua complexidade, é o testemunho desta memória. O patrimônio tem papel fundamental na preservação da memória (CARBONELL, 2013).

Do exposto podemos depreender que as representações sociais, memória cultural e patrimônio cultural guardam uma relação tendente à formação da identidade cultural do indivíduo, do grupo, da comunidade e de uma nação, à medida das interações sociais e do contexto de cada época. Os conceitos guardam uma estreita relação e influenciam-se um ao outro, visto que o patrimônio cultural é preservado na memória cultural manifestada em representações sociais por aqueles que com ela se identificam. Nestas perspectivas, Chartier afirma que: [...] a fusão entre as informações e valores faz com que as representações sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum (CHARTIER, 1988, p. 67).

### **Representações da História de África e sua contribuição para a defesa do patrimônio cultural**

Seguem-se os resultados do estudo da tese de doutoramento em Estudos Culturais, na Universidade do Minho - Portugal, sob o tema “Representações da História de África no sistema educativo em Angola”, defendida em 2022, cujo objetivo é analisar as representações da História



de África difundidas no 1º ciclo do ensino secundário em Angola. Os participantes foram 12 professores que trabalham ou trabalharam com programas de História no 1º ciclo do ensino secundário, com um tempo mínimo de ensino na disciplina de quatro anos; 240 alunos do décimo ano de 6 escolas selecionadas na província do Cuanza Sul; dois autores de manuais, um dos quais é técnico do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), e surge como autor principal dos programas. A abordagem da História de África na disciplina de História foi tendo várias narrativas desde o período colonial à atualidade, sendo que no período colonial não tinha expressão nos planos curriculares, como podemos constatar na observação ao ensino colonial feita por Zau (2002):

o divórcio acentuado entre a educação e a cultura, sob responsabilidade da política de assimilacionismo traçada a partir de Lisboa no tempo colonial, não só conduziu a grande maioria dos angolanos ao analfabetismo, como também caiu em abordagens eurocêntricas, totalmente desviadas das realidades socioculturais africanas. A dicotomia, entre o quadro axiológico imposto pelo sistema de educação colonial e as necessidades educativas da grande maioria das populações angolanas, estas em total sintonia com a sua própria idiosincrasia, pareceu-nos por demais evidente (ZAU, 2002, p. 105).

Nota-se também que a disciplina de História, além dos propósitos que lhe são reservados no plano curricular na formação de habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras, visava também a exaltação de Portugal. Neste quadro, Nsiangengo (1997) explicita que “o currículo estava virado para a transmissão da cultura da classe hegemônica portuguesa. O ensino é ainda o reflexo do modelo português do Estado Novo: virado para o elitismo, escolástico, eurocêntrico, isento de qualquer dimensão africana” (NSIANGENGO, 1997, p. 73).

No período pós-independência verifica-se nova tendência para o ensino da História, que procura integrar os conhecimentos sobre a História local, nacional e africana, no âmbito de uma educação de cariz marxista-leninista, adotada logo após a independência em 1977, que veio a conhecer alterações em 1991/92, devido às mudanças sociopolíticas – monopartidarismo para o multipartidarismo e a introdução da economia capitalista – implicou a alteração dos objetivos da educação, e conseqüentemente a “reorientação” e/ou “alteração dos objetivos da História”, como se pode notar em alguns objetivos segundo MED (1991/92): formação de valores universais através do estudo da sociedade da antiguidade até aos nossos dias; consolidação da consciência nacional através da descoberta do passado pré-colonial, do estudo da luta desenvolvida pelos povos de Angola ao longo da dominação colonial; reencontro da identidade do passado cultural através da recuperação do passado Africano.

Da análise feita aos manuais do I ciclo do ensino secundário, e aos conteúdos neles constantes sobre a História de África, verificamos que estes reportam ao período que vai desde

as “origens do homem” (idade antiga), até à descolonização de África (Idade Contemporânea), e fazendo enquadramento na periodização da História de África proposta por Ki-zerbo (1999) e Coquery-Vidrovitch (2004), abordam-se essencialmente temas ligados aos períodos “dos séculos de reajustamento e a ocupação europeia e a reação dos africanos até ao movimento de libertação após a II Guerra Mundial” e a “chegada dos portugueses e ascensão da cabotagem mercantil nos séculos XV e XVI; período negro que invade o anterior, acentuado pelos impérios muçulmano e o tráfico de escravos e a ocidentalização do continente”, respectivamente.

Nos períodos acima referidos os conteúdos que mais se destacam são os relacionados ao tráfico de escravos e à escravatura e a conferência de Berlim abordados na 8ª e 9ª classe, de forma sequencial, sendo que na classe subsequente procura-se consolidar e aprofundar os referidos conhecimentos. Em relação à iconografia dos manuais, constatamos em alguns casos a sua ausência em certos conteúdos, como é o caso da 7ª classe no tema sobre África na Idade Média. Por exemplo, não apresenta as imagens dos soberanos africanos que se destacaram no desenvolvimento do continente. No geral, a iconografia nos manuais contribui para a construção e consolidação das representações sobre a História de África. Contudo, constatamos que em alguns casos inspiram poucas comparações e interpretações, a fim de que o aluno faça analogias.

Quanto a importância dos temas de História de África, abordados no I ciclo do ensino secundário, os participantes da pesquisa destacam-na nos seguintes termos: saber a real História do continente, desenvolvimento da consciência histórica, construção e/ou reconstrução do que foi “destruído”, tomada de consciência, conhecer o “período obscuro de África”, valorizar a nossa identidade e o passado de África, para mencionar alguns extratos das entrevistas. Em relação aos principais acontecimentos da História de África, evocados de forma espontânea pelos alunos, encontramos: I. Antes da presença europeia em África – África como berço da humanidade; II. Presença europeia em África – tráfico de escravos, abolição do tráfico de escravos, conferência de Berlim, colonização, ocupação colonial, revoltas africanas e presença dos europeus em África; I e II Guerras Mundiais, ligadas ao processo da descolonização (pan-africanismo, conferência de Bandung, independência dos países africanos independência de Angola) e pós-independência (países da linha de frente, guerra civil em África, regime do apartheid, batalha de Cuito Cuanavale, fim do apartheid na África do Sul e realização do campeonato do mundo de futebol na África do Sul em 2010).

Em relação às personalidades mais importantes de África, foram mencionadas espontaneamente pelos inquiridos, dezesseis referenciadas e que estão ligadas aos movimentos nacionalistas, luta pela libertação nacional e ao pan-africanismo, seguidas de duas ligadas às resistências contra o tráfico de escravos e a ocupação europeia de África. A preferência nas evocações vai para as políticas, com destaque para aqueles que dirigiram, participaram nas

“lutas” pela libertação dos seus países em contraste com aquelas que se destacaram na cultura, literatura, economia e religião. Prevalece essencialmente a tendência de recência, pois a maioria das personalidades evocadas dizem respeito aos últimos 60 anos. Nas evocações dos alunos sobre as principais personalidades, verifica-se uma ausência total das classes sociais dos camponeses, artesãos e outras, classes essas que foram centrais na altura das lutas nacionalistas. Esta perspectiva também é visível nos manuais, quando são tratadas as narrativas a elas associadas.

Como parte do património referido, a cultura espiritual, o reconhecimento do estudo da história e a sua presença constitui um aspecto significativo para contribuir na defesa do património e estabelecer uma relação entre aqueles aspectos da história que facilitam na preservação do património, à exemplo das línguas nacionais, das danças tradicionais e/ou típicas da localidade, o percurso histórico, a tradição oral, as práticas religiosas e enfrentar os processos de “imposição” cultural que em alguns casos aparece à reboque da globalização. Contribui também para que os alunos conheçam, mediante o processo de ensino e aprendizagem, sobre a conferência de Berlim, o papel da África na I e II Guerras mundiais, a exemplo possível de se mencionar alguns pontos.

O estudo das representações sociais da História de África que se apresenta, sugere uma defesa do património cultural, pelo que se recomenda uma atenção especial ao estudo e recepção da obra daqueles que participaram nas diferentes lutas de libertação e guerras civis, ou em outros processos revolucionários, cujas narrativas ajudam a compreender e enriquecer os fatos históricos inerentes aos processos históricos ocorridos em Angola. Recomenda-se também conhecer e investigar lugares com vestígios de tempos passados que ainda não foram suficientemente estudados, investigar e escrever a história dos municípios para contribuir na formação de representações da história de seu município, de sua região e na compreensão e respeito por outras culturas diferentes da sua.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo é significativamente importante para o aperfeiçoamento dos novos documentos reitores do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de história, como programas, manuais entre outros. Serve de igual modo como um estudo causal ilustrativo para dar continuidade do estudo noutras vertentes para as futuras investigações sobre a história de África. Através da abordagem de teorias de autores que trabalham as representações sociais, memória cultural e património cultural, pode-se compreender a importância dos mesmos para a construção de um ideal que permita o conhecimento, conservação e valorização do património

cultural. O estudo realizado foi desenhado a partir da análise dos programas, manuais e concepções dos seus autores, que se refletem em professores e alunos, juntamente com outros instrumentos e técnicas descritos, que devidamente triangulados, permitiram estabelecer relações e verificar que existe um tratamento da história de África no 1º ciclo do ensino secundário, embora aquém do desejado, o que pode contribuir para a defesa do património cultural angolano e africano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRIC, Jean Claude. **Coopération, compétition et représentations sociales**. Friburgo: Delval, 1987.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Editora: Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: ERLI, Astrid; NUNNING, Ansgar; YOUNG, Sara (Orgs). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Nova York: Cidade: Deutsche Nationalbibliothek, 2008, p. 109-118.

CARBONELL Eduard. **Sobre el concepto de Patrimonio Cultural**. Estudios de História de Arte, Zaragoza. Espanha: Institucion “Fernando el Católico”, Centro de Estudios Turiasonenses, 2013.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988.

CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta de África**. Lisboa: Edições 70, 2004.

DOISE, Willem; LORENZI-Cioldi, Fabio. Patterns of differentiation within and between groups. In: OUDENHOVEN, Jan Piter Van; WILLEMSSEN, Tineke. (Eds.). **Ethnic minorities. social psychological perspectives**. Lisse: Swets & Zeitlinger, 1989, p. 43-57.

DURKHEIM, Emile. Représentations individuelles et représentations collectives. In: DURKHEIM, E. **Sociology and philosophy**. Nova York: Free Press, 1898, p. 273-302.

FENTRESS, James; WICKHAN, Chris. **Memória social novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editorial Teorema Lda, 1992.

JODELET, Denise. Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. II**. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda 3ª edição, 1999.

MACÍAS, Rafaela. **Trabajo sociocultural comunitario: fundamentos epistemológicos, metodológicos y prácticos para su realización**. Editorial Académica Universitaria (Edacun) Las Tunas, 2014.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Petropolis: Editora Vozes, 1978.

NEIRA, Molina. **Definición de patrimonio, memoria, cultura y creación**. Universidad de Los Lagos: Direccion de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.

NSIANGENGO, Pedro. **Currículo de história no ensino básico angolano - influências, divergências e problemas actuais**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Aveiro, Aveiro.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2006.

GONÇALVES, J R S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**, Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

POLLAK, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2 nº 3, p. 3-15, 2010.

VALA, Jorge. “Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social”. In: VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedicta, **Psicologia social**. Lisboa, Fundação Colouste, 1996, p. 353-384.

VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África, Vol. I: Metodologia e pré-história da África**. 2ª. ed. rev. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2010, p. 139-166.

WIESER, Doris & MOREIRA, Luciana. O passado por dentro do presente: Guerra colonial portuguesa e as reescritas da memória cultural. **Configurações**, vol. 19, n.1, p. 89-103, 2017.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

## **DOCUMENTOS:**

UNESCO. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 1972. Adoptée par la Conférence générale à sa dix-septième session Paris, 16 novembre 1972. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>

MED. Programa de história do ensino de base em Angola. Luanda: INIDE, 1991/1992.

Recebido em: 25/02/2023

Aprovado em: 30/05/2023